

DIMENSÃO IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA: OS LAÇOS ENTRE MEMÓRIA E IDEOLOGIA NAS NARRATIVAS DA POPULAÇÃO DE RUA

Aline Pereira (IC) e Bruna Suruagy do Amaral Dantas (Orientadora)

Apoio PIBIC Mackenzie

RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender as possíveis relações entre ideologia e memória nas narrativas dos integrantes da população de rua. Para tanto, adotamos como recurso metodológico a realização de entrevistas de história oral. No total, participaram da pesquisa oito sujeitos. Durante as entrevistas, respeitamos a preocupação dos memorialistas em manter relação com eventos de sua vida que consideram relevantes. Solicitamos ora que narrassem memórias da experiência de rua, ora que contassem sua história de vida. Mostrou-se recorrente nos relatos a presença de conteúdos simbólicos de caráter ideológico. Em alguma instância, pudemos depreender que a memória apresenta uma dimensão ideológica, a qual se manifestou nas narrativas tanto por meio da lembrança quanto por meio do esquecimento. Cabe destacar também como importante variável a ser considerada nas reflexões propostas por este estudo que o ouvinte interfere significativamente na seleção narrativa e no trabalho de memória, sobretudo quando se trata de um encontro entre sujeitos que ocupam lugares distintos no cenário social. Como notamos então, a situação de rua interfere fortemente na construção da memória dos sujeitos. Salientamos a complexidade das possíveis articulações entre os fenômenos “memória” e “ideologia” e a necessidade de estudos que possibilitem a reflexão sobre os mecanismos que tornam possível a ideologização da memória.

Palavras-chave: memória, ideologia, população de rua.

ABSTRACT

In this article, we intend to comprehend the possible relations between ideology and memory, through the narratives told by homeless people. Therefore, we used as methodological resource, some interviews with oral stories. In total, eight people participated in the research. During the interviews, we respected the chroniclers's concern about keeping the relation with events in their lifes they consider relevant. We asked them at a time to tell some street's memories, and at other time, to tell us the story of their lifes. It was recurrent in the stories, the presence of some symbolic content of ideological nature. At some instance, we noticed that memory presents an ideological dimension, which displayed in the narratives through the memories or through the oblivion. It is also relevant to notice it as an important

fator to be considered in the proposed reflections by this report, that the listener interferes significantly in the narrative's selection and in the memory work, mainly when its about the junction of people who fill different positions in the social scenario. Therefore, the homeless conditions strongly affects in these people's memory construction. We emphasize the complexity of the possible connections between the phenomena "memory" and " ideology " and the need for studies that allow reflection on the mechanisms that make it possible the memory's ideologisation.

Keywords: memory; ideology; homeless people.

INTRODUÇÃO

População em situação de rua: quantos dentre nós – na cotidianidade – não nos deparamos com pessoas nos logradouros públicos da cidade em uma condição que pode ser considerada sub-humana? Ao longo das últimas décadas, a sociedade brasileira tem testemunhado o aumento alarmante – e, ao mesmo tempo, taciturno – de cidadãos vivenciando o *processo de rualização*¹. Diante deste cenário de vulnerabilidade social – a partir dos anos 1990 – o fenômeno ingressou no âmbito da “visibilidade”, tornando-se uma questão pública relevante.

“Quem são estas pessoas? ”: eis o ímpeto inicial dos estudos que buscaram, principalmente, elucidar os condicionantes que desembocam nesta condição social (BORIN, 2005; VIERA, BEZERRA e ROSA, 1992). Se antes esta problemática era considerada sob o prisma do determinismo – como um “modo de ser”, uma “rua sem saída” –, gradativamente as pesquisas começaram a apontar para o caráter situacional do fenômeno, ensejando discussões que colocaram em pauta a necessidade do delineamento de políticas públicas para o enfrentamento desta realidade (SERAFINO e LUZ, 2015; AMARAL, 2010). Passou-se, ainda, a considerar as vivências desencadeadas pelo ingresso na rua e a possibilidade de saída dela (MATTOS, 2005), entendendo os indivíduos não somente como sujeitos cujos direitos foram esfacelados, mas também como atores políticos (ARGILES, 2012; PAULA, 2012). Entretanto, cabe a reflexão: tendo em vista que ainda permanecem obliterados e marginalizados, é possível afirmar que têm seus direitos assegurados?

Somente no Estado de São Paulo, o último censo contabilizou 15.905 indivíduos em situação de rua (FIPE, 2015). O recenseamento dessa parcela da população converge, porém, para o *aparecimento no mundo comum* (ARENDT, 2014)? 15.905 pessoas em situação de rua: 15.905 narrativas e feitos, memórias e histórias de vida que não encontram abrigo no mundo comum, sendo lançadas no silêncio, no esquecimento e no escamoteamento. São sujeitos que, ainda que sejam vistos pelos olhos, são invisíveis socialmente; suas vozes – quando ouvidas – são entendidas como meros “ruídos”, manifestação da necessidade.

A situação de rua inscreve-se, pois, no universo da *invisibilidade pública*. Para os cidadãos que se encontram nesta condição, o espaço citadino, um ambiente público, – ao atualizar a realidade de classes – torna-se um sumidouro, força motriz da desigualdade política (GONÇALVES FILHO, 1998). Além disso – quando se safam da indiferença dos olhares –, são apreendidos nas interações sociais sob a ótica de representações de cunho

¹ O termo opõe-se à noção de que estes sujeitos “são da rua” – um modo de ser – e afirma o caráter processual e situacional do fenômeno, desencadeado a partir de uma situação-limite.

pejorativo (CAMPOS, 2012; MATTOS e FERREIRA, 2004): ora são considerados “pobres, coitados, dignos de piedade”, ora “vagabundos, perigosos, transgressores”. Cabe salientar, entretanto, que tais discursos repousam sob uma mesma lógica: abrigam-se num “universo simbólico perverso”, marcadamente de *natureza ideológica* (MATTOS e FERREIRA, 2004).

Passemos ao prisma do indivíduo em situação de rua: de que modo se vê? Como apreende a condição na qual se encontra? Considerando que os grupos hegemônicos difundem – sob a égide do discurso ideológico – suas ideias e representações com uma roupagem de universalidade (CHAUI, 2007), percebe-se que amiúde há uma apropriação desses conteúdos simbólicos por grupos sociais desfavorecidos. Como é possível notar nos depoimentos das pessoas em situação de rua entrevistadas por Stoffels (1997) – resgatados por Mattos e Ferreira (2004, p. 52) –, são discursos que culpabilizam-nas por sua própria condição social: “O pobre é pobre porque não usou a cabeça”; são narrativas de cunho fatalista, que naturalizam a realidade estrutural da sociedade e solapam seu caráter histórico, tais como: “Desconfio que Deus já fez o mundo assim”. São, pois, narrativas que refletem, de algum modo, o imaginário social. Como explicitados nos depoimentos, muitas vezes, a percepção coletiva *sobre* a situação de rua sufoca a percepção daqueles que vivenciam esta condição, surrupiando a constituição ímpar de suas experiências e estereotipando a tessitura de suas histórias de vida.

Face ao exposto, é preciso ponderar que as pessoas em situação de rua vivenciam não somente o *despojamento material*, como também o *despojamento simbólico* (GONÇALVES FILHO, 1998, 2003). Muitos são os entraves enfrentados em sua relação com a sociedade em geral. O contato corriqueiro com a população de rua desemboca, no mais das vezes, na dessensibilização em relação a esta condição social (MATTOS e FERREIRA, 2004). Não tarda para que haja a profusão da indiferença: estas pessoas são, então, despidas de sua *condição humana*; desconsideram-nas como meu *igual* (ARENDT, 2014).

Ora, a desigualdade, na perspectiva assumida por Gonçalves Filho (2003), é uma experiência oriunda da cena pública, sustentada pelos homens, nas interações sociais: manifesta-se no âmbito público, contudo, a presença não pode ser contada: tem-se, pois, uma “vida morta para o mundo”, reduzida à mera existência corpórea (ARENDT, 2014). A condição de ator político – até então usurpada pelo impedimento à participação – só é possível quando os homens, nas interações sociais, restituem o direito de agir e falar (Gonçalves Filho, 2003, 1998). Neste sentido a *memória oral*, apoiada em testemunhos vivos, constitui-se como importante aliada: traz à tona para o âmbito público histórias de vida daqueles que estão às margens do mundo comum: “o direito à narração alarga o debate sobre o vivido e conserva um mundo acolhedor de olhares geralmente impedidos de ascender à condição política” (FROCHTENGARTEN, 2005, p.373).

Recorrendo as considerações tecidas por Bosi (2004), compreendemos ainda que a história de vida – encarnada na voz do narrador – é o “testemunho mais eloquente” do modo como o sujeito se lembra: “é a própria memória” (BOSI, 2004, p.63). Contudo, é preciso ponderar que a “conservação” ou “elaboração” do passado – por intermédio da lembrança elevada à narrativa –, pode sofrer a interferência da operação ideológica.

A proposição discutida, aqui, é a seguinte: não raro, a voz que narra suas experiências e histórias está enleada a discursos ideológicos que justificam a desigualdade social. Nem sempre a memória “pronuncia-se” como força motriz de reivindicações históricas e luta por direitos, podendo também figurar-se como uma construção ideológica (ANSARA e DANTAS, 2015).

Considerando a atual condição de “cidadãos impedidos” – que não encontram espaço para vocalização e visibilização de suas histórias, memórias e demandas –, entendemos que a melhor forma de responder ao nosso problema inicial seja convidando-os a tomarem a palavra, convidando-os a *participar* da pesquisa.

O presente artigo tem como objetivo principal examinar a dimensão ideológica das memórias da experiência de rualização nas narrativas dos integrantes da população em situação de rua. Dito de outro modo, buscamos compreender, por meio das narrativas tecidas por estes indivíduos, de que modo ideologia e memória se conjugam, criando um laço que colabora para sustentar e reforçar relações concretas de dominação.

REFERENCIAL TEÓRICO

No percurso da investigação das possíveis articulações entre os conceitos “memória” e “ideologia”, uma questão inicial se coloca a nós: de que falamos quando aludimos ao fenômeno da memória? (ANSARA e DANTAS, 2015). Embora seja comumente descrita como mecanismo de “registro” e “depósito” de informação, conhecimento e experiência, eis o que ouvimos de Jelin (2001): a memória refere-se a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Ainda envolve um jogo de saberes e emoções; fraturas e vazios.

A resposta a essa primeira pergunta impele-nos a formular outra questão: “de quem é a memória?” Com Halbwachs (2004) – para quem as lembranças decorrem da dinâmica de reconstrução do vivido –, sublinhamos o caráter coletivo da memória. Sempre construída em interação com os grupos de pertença, a memória não deve ser compreendida como estrita e exclusivamente individual: as lembranças são dependentes do contexto social e construídas a partir de um “processo de negociação” (HALBWACHS, 2004). Dito de outro modo, a memória individual é atravessada pela conjuntura sócio-histórica, mesmo que o indivíduo as articule de forma peculiar.

Quanto às contribuições de Ricoeur (2007) para o debate sobre memória, ressaltamos que ele não busca descrevê-la a partir de deficiências e disfunções, mas sob o prisma das *capacidades*: as potencialidades mnemônicas nos apontam, então, para um homem capaz de “fazer memória” (RICOEUR, 2007). Para tanto, recorre à palavra – matéria-prima basilar da realização humana – para, numa relação artesanal, construir uma interpretação e outorgar sentido ao passado.

“Fazer memória” consiste em lutar contra o esquecimento. Embora em certos aspectos coloque em xeque a confiabilidade da memória e, em alguns casos, se apresente como uma disfunção, o esquecimento – dano, fraqueza, lacuna – aponta para o fato de que não é possível lembrar-se de tudo (RICOEUR, 2007). Neste sentido, confunde-se com o fenômeno mnemônico, sendo uma de suas condições. Sob argumento similar, Nora (1993, p.9) afirma que a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”.

No que tange à lembrança, a condição para que seja reconhecida enquanto tal está estritamente vinculada à marca temporal do “antes”, sendo necessário contrastá-la com o presente (RICOEUR, 2007). Com Nora (1993, p. 9), aprendemos que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Jelin (2001), por sua vez, assinala que o passado rememorado se dá no aqui e agora, em função de um futuro. Assim, podemos compreender o ato de recordar não somente como evocação e reconhecimento, mas como um processo de ressignificação do passado que se sutura ao momento atual e, ainda, a um porvir. Eis, pois, o caráter aberto e provisório da memória.

Portanto, o exercício da lembrança e do esquecimento é considerado capacidade da memória. Cabe destacar, contudo, que nem sempre o fenômeno mnemônico se figura como uma “potencialidade” da condição humana. O ato de fazer memória e o poder de narrar a si mesmo pode sofrer interpelação dos “abusos”, como é o caso da memória e do esquecimento manipulado (RICOEUR, 2007).

Pensando em companhia de Jelin (2001), afirmamos que a memória envolve reflexão e busca de sentido. O “compromisso afetivo” com o acontecimento transforma-o numa experiência “memorável” e nos impele a expressá-lo narrativamente, convertendo-se na maneira como arquitetamos um sentido ao passado. Contudo, a interrogação sobre o passado é um processo que se dá em diálogo e interação: a memória incorporada narrativamente é, pois, aquilo que compartilhamos com um ouvinte.

Em consonância com Benjamin (2010), a narrativa versa sobre a memória. Avançando e recuando, movendo-se para cima e para baixo nos degraus da experiência, o narrador tece sua narrativa. Para tanto, dispõe de um acervo de toda uma vida, o qual engloba não somente suas próprias vivências, como também as alheias, aquelas relacionadas à coletividade.

Capacidade de intercambiar experiências, a narração é a voz daquele que narra, mas é, também, a voz dos diversos atores sociais.

Resultado de um recorte feito pelo próprio narrador, o ato de narrar não busca a neutralidade, não busca comunicar o “puro em-si da coisa narrada”. Antes, mergulha na experiência – sua matéria-prima – e imprime “a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 2010, p.205). A relação entre aquele que narra e sua matéria é, pois, artesanal.

Dado que se apoia em testemunhos vivos, a memória oral consiste em um precioso instrumento para a construção da “crônica do cotidiano” (BOSI, 2003). Em lugar do discurso sobre, a oralidade dá espaço ao discurso do sujeito, ou seja, as “camadas da população excluídas da história (...) tomam a palavra” (p.15). Justamente por não construir uma versão unívoca, por trazer em si o paradoxo e os conflitos do real, a narrativa alicerçada na memória, possibilita a desideologização: é o discurso crítico, o antidiscurso que, elaborado no interior do discurso ideológico, coloca-o em movimento e o desconstrói (CHAUI, 2007; BOSI, 2003). Para Martín-Baró (1998), a memória consiste em um primeiro e importante elemento para desideologização da realidade cotidiana e instrumento de luta popular, uma vez que propicia o desvelamento da mentira social e a desconstrução das ideologias dominantes. Entretanto, nem sempre a memória oral tem esse “caráter libertador”: tanto constituir um meio que possibilita a elaboração do contradiscurso ideológico quanto uma via para propagação de ideologias.

Por fim, entender a memória como uma “construção social narrativa” nos impele a considerar ao menos três eixos que possibilitam apreender a interferência dos aspectos ideológicos na recordação e no esquecimento (ANSARA e DANTAS, 2015; JELIN, 2001): Quem é o sujeito psicossocial que recorda ou esquece? O que se recorda ou esquece? Como e em que contexto se recorda e se esquece?

Em termos de materialismo histórico e dialético, compreendemos a ideologia como um *corpus* de ideias e representações que nos apresenta o mundo concreto de cabeça para baixo e que, portanto, é responsável por *distorcer* a realidade dos fatos: a *aparência* é captada como a *essência* do real (MARX e ENGELS, 2007).

Como defendem Marx e Engels (2007), os grupos hegemônicos no âmbito da vida material prevalecem na produção e distribuição das ideias de seu tempo. Isto quer dizer que, sob a égide da ideologia, os interesses concretos de grupos específicos circunscrevem-se na esfera da universalidade e generalizam-se: o discurso ideológico se apresenta como porta-voz dos interesses de toda a sociedade. Por conseguinte, outra característica fundamental

desse sistema de representações consiste na aliança e no compromisso com as demandas e projetos dos grupos dominantes.

A despeito de proporcionar a mistificação, a ideologia “não pode permitir qualquer hiato entre a ‘verdade’ que profere e a ‘realidade’ social” (CHAUI, 2007, p.42). Para garantir sua legitimidade, não se mostra inserida em um período histórico específico, contexto social ou grupo particular. Portanto, em se tratando do fenômeno ideológico, as ideias aparecem descontextualizadas das contingências históricas e materiais em que foram produzidas, como se fossem autônomas e possuísem vida própria. Neste sentido, apresentam-se como independentes do homem e dissolvem o vínculo existente entre o sistema de ideias e o autor de sua produção – a saber, aqueles que atuam no poder.

Ademais, é trabalho específico da ideologia a naturalização das desigualdades, tensões e opressão: “passa-se da história ao destino” (CHAUI, 2007, p.40). Em vista das funções que desempenha e de sua roupagem de neutralidade, o discurso ideológico é utilizado por grupos sociais hegemônicos com intuito de propagar ideias que camuflem relações de dominação e justifiquem as injustiças sociais. É de sua incumbência fazer com que as disparidades *apareçam* como mera diversidade das condições de vida dos sujeitos (CHAUI, 2007). Embora a realidade constitua-se como uma pluralidade conflituosa, a ideologia outorga-lhe o que primordialmente lhe falta – a saber, a máscara da unidade, homogeneidade e harmonia. Eis, pois, sua faceta falsificadora e dissimuladora.

Conforme adverte Chauí (2007, p. 40), o fenômeno da ideologia – apesar de sua gênese histórica e material – busca “neutralizar o perigo da história”. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, tendo em vista que a história é movimento, negá-la torna possível a atribuição de sentidos fixos e reificados aos fatos, inibindo “a compreensão de que o social e o político não cessam de instituir-se a cada passo” (CHAUI, 2007, p.40).

Como podemos verificar, são múltiplos os mecanismos da ideologia e préstimos aos grupos dominantes. Mas em que consiste a coerência desse conjunto de representações e normas? De acordo Chauí (2007), o poder do discurso ideológico se localiza precisamente em seus silêncios e omissões. A “lógica do branco”, a “lógica da lacuna”, é a condição sem a qual a ideologia não pode se sustentar. São justamente esses vazios em seu imo que permitem a generalização – isto é, que o discurso caiba a *todos*.

Conforme exposto no decorrer desta discussão, a ideologia, importante instrumento de dominação da elite, é hábil para conceber a visão de mundo das pessoas. Neste sentido, os grupos podem se apropriar de suas condições sociais e históricas a partir de uma perspectiva alienada (MARTÍN-BARÓ, 1998).

Sabe-se que a narrativa se debruça sobre a memória para buscar sua matéria-prima e se constituir. Porém, o narrador não recorre apenas à sua memória individual para tecê-la, mas, igualmente, às memórias coletivas, isto é, à memória dos grupos de pertença e da sociedade como um todo. Neste sentido, Frochtengarten (2005, p. 367), esclarecendo Bosi (2003), adverte-nos de que “há ocasiões em que a aprovação social assenta as lembranças sobre a operação de ideologias e estereótipos”.

METODOLOGIA

Adotamos como recurso metodológico a realização de entrevistas com base nas premissas da história oral. Apesar da pluralidade de concepções que atravessam o campo e fomentam intensas discussões, há uma convergência em relação à dinâmica do referido trabalho: debruça-se sobre a memória para apreender a *versão* e *visão* que emana da experiência dos atores sociais; atem-se à narrativa em suas nuances, ênfases, imprecisões e deslocamentos (MEIHY e HOLANDA, 2013; THOMPSON, 2002).

Ao recorrer à história oral, devemos ter em vista que se trata, para além de um trabalho científico de cunho analítico, de um “trabalho social” (LE VEN, FARIA e MOTTA, 1997). Há uma preocupação em conceber um espaço em que o indivíduo possa se perceber como ator social e “criador de história”. Ao estabelecer um “laço de presença” entre o narrador e o pesquisador-ouvinte, criamos condições para que o sujeito discursasse, seja visto e ouvido; torne-se conhecido e re-conhecido por sua história de vida. Portanto, o momento da entrevista não deve ser entendido apenas como fonte para material de análise e produto final da pesquisa. Como assinalam Le ven, Faria e Motta (1996, p. 66), temos “um momento fundante no qual não só se recolhe a história, mas se vive a memória e se cria um acontecimento que também faz história”.

Concernente à coleta de dados, as entrevistas foram realizadas no período de março a junho de 2016, no Refeitório Comunitário para Adultos em Situação de Rua “Pena Forte Mendes”, em São Paulo. Por ser um espaço em que transitam cotidianamente pessoas em situação de rua, a referida instituição favoreceu o contato com os indivíduos. No total, participaram da pesquisa oito sujeitos – sete homens e uma mulher – e a abordagem se deu por duas estratégias distintas.

Nos encontros, solicitamos aos participantes um *trabalho de memória* sobre as experiências da situação de rua. A meu ver, o campo compartilhado pelo narrador e o ouvinte-pesquisador deveria assegurar condições para que as experiências surgissem com autonomia, no ritmo do memorialista. Em contrapartida, uma entrevista sem roteiro arriscaria precipitar-se em associações arbitrárias, desembocando em narrativas que pouco, ou em nenhum grau, impeliam à memória da experiência e ao enfrentamento do problema de

pesquisa (GONÇALVES FILHO, 2003). Com vistas a possibilitar uma confluência entre a “liberdade narrativa” e os objetivos do estudo, definimos, então, alguns temas que seriam apresentados aos sujeitos.

Contudo, ao longo de algumas entrevistas, percebemos que os temas não evitavam o afastamento dos propósitos da investigação. As experiências que seriam transmitidas oralmente eram selecionadas de sorte que “a situação de rua” jazia, no mais das vezes, à margem dos discursos. Quando brotavam, eram narradas principalmente na terceira pessoa do singular e do plural. Na construção narrativa da história de vida, o passado anterior à rualização fora privilegiado pelos sujeitos. Diante disso, passamos a solicitar apenas que narrassem sua história de vida. A mudança de estratégia consistiu em observar se a memória da experiência de rua era trazida à tona de maneira espontânea nos depoimentos.

No tocante à análise do material coletado, valemo-nos dos pressupostos metodológicos da “Hermenêutica de Profundidade”, propostos por John Thompson (2000), que se dá em três dimensões, a saber: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Inicialmente, identificamos as ideologias presentes nos depoimentos e o contexto sócio-histórico no qual elas são recebidas e transmitidas. Esta etapa nos possibilitou a apreensão dos atravessamentos sociais e históricos na construção da memória e produção discursiva dos sujeitos. No segundo momento, realizamos a *análise formal*, a qual visou examinar e elucidar a estrutura e os padrões das narrativas dos atores sociais. A terceira e última fase, que ocorreu por meio da conjugação das que a precederam, correspondeu à *interpretação/reinterpretação* das formas simbólicas. No movimento de síntese criativa, buscamos a construção de sentidos que permitissem compreender as relações entre a memória e a ideologia.

Ressalta-se, entretanto, que em virtude da complexidade do fenômeno, não foi possível ater-se apenas aos depoimentos. Atentamo-nos ainda à relação que se estabeleceu entre a pesquisadora e os participantes, tanto no instante da entrevista – o elo narrador-ouvinte – como nos momentos que a antecederam – circulação no refeitório e abordagem dos sujeitos. A análise não incidiu somente sobre os conteúdos da narrativa, mas também em *como* os fios compõem a tecitura das histórias de vida e trazem à baila – ou não – a memória das experiências de rua. Concatenamos, pois, a experiência, a forma e o conteúdo ao longo do processo de análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como matéria-prima da presente discussão, recorreu-se à memória oral dos atores sociais que protagonizaram a trama deste estudo. De modo a permitir elucidar as articulações possíveis entre a memória e a ideologia, nos ateremos às lembranças e aos esquecimentos;

ao tom de voz, às ênfases e nuances; aos lapsos, às pausas e aos silêncios. Entretanto, o fio condutor desta análise será a experiência de interlocução entre os narradores e a pesquisadora-ouvinte.

Como ponto de partida, faz-se necessário destacar alguns entraves que, à primeira vista, figuram-se como sendo comuns ao trabalho de campo, mas que, não obstante, têm suas raízes em problemáticas de ordem estrutural. Antes da realização das entrevistas, visitei por vezes o refeitório com o intuito de conhecer o espaço e, na medida do possível, aproximar-me dos conviventes. A entrevista não deve prescindir o vínculo com os atores sociais, mas ser consequência de “condições de conversa” entre “sujeitos de um projeto comum” (GONÇALVES FILHO, 2003; LE VEN, FARIA e MOTTA, 1996). Caso contrário, encontrar-me-ia com “alvos de análise” e não com narradores, autores e atores de sua própria história.

Contudo, não tardou para que um interposto se colocasse entre mim e as pessoas que ali se faziam presentes. Percebi que se travava dos antagonismos de classe. Notei que minha presença, por vezes, era encarada como potencialmente opressora: comparecia – ainda que não quisesse – como representante da sociedade majoritária. No caso das mulheres, essa faceta aparentemente repercutia de maneira acentuada. As poucas que se faziam presentes no espaço fecharam o semblante para mim.

Especificamente ao tocar no assunto “pesquisa”, a resposta era, no mais das vezes, um sonoro ou silencioso “não”. Creio que variáveis de ordem diversa colaboraram para isso. Dentre elas, estava evidente que algumas pessoas, ante o “pesquisador”, sentem-se reduzidas a meros “objetos de estudo”, mesmo que a abordagem seja “humanizada”. Além disso, ocupamos lugares distintos no cenário social. Não há como negar essa realidade objetiva. Para alguns sujeitos, o diálogo com pessoas de lugares sociais distintos mostrou-se satisfatório. Para outros, o encontro certamente disparou uma angústia, fruto das injustiças sociais, visto que estavam diante de um representante dos segmentos socialmente favorecidos.

“Em que isso vai me ajudar? ”: eis um questionamento que, por vezes, fora dirigido a mim – seja por meio da verbalização, seja recorrendo ao silêncio – diante do convite a participar da pesquisa. A realidade objetiva se fez “ver”, se fez “ouvir”: ante as emergências impostas pela vivência concreta da situação de rua, vi-me impelida a questionar novamente os possíveis benefícios da investigação aos sujeitos. Contudo, a realidade concreta não se revelou a única variável a ecoar no âmbito da microrrelação.

Numa dupla acepção, enfrentei dificuldades para encontrar *participantes*. Marcou-me particularmente a aproximação com uma jovem. Tínhamos idades aproximadas, partilhávamos a “condição de mulher”; apesar disso, as contingências sociais e econômicas

nos colocavam em posições díspares, interceptando, em alguma medida, a comunicação. A palavra minguou, a iniciativa se retraiu: “*não tenho nada pra contar não, moça*”. Em certo sentido, foi possível depreender que os obstáculos a participar da pesquisa eram mais uma ressonância do impedimento à participação igualitária: o “cidadão impedido” é o cidadão despojado do direito político à participação e, portanto, impossibilitado de agir e discursar (GONÇALVES FILHO, 2003).

Ainda, deparei-me com obstáculos para encontrar *narradores*. Em vista da abundância de discursos disseminados *sobre* esses sujeitos, como romper com as amarras da reificação que os impedem de tomar a palavra? As situações sociais que materializam a desigualdade de classe deixam sinais indelévels na memória, nos gestos e nos depoimentos dos cidadãos que contam apenas como figurantes na cena social: “*eu quero participar, mas não tem história nenhuma pra contar*”, disse-me Nicolau², 56 anos e 4 em situação de rua.

Nesta empreitada, marcou-me especialmente o fato de que a pesquisa com pessoas em condição de vulnerabilidade social pode verter-se numa violência, ainda que o pesquisador realize a tão aclamada “abordagem humanizada” e “estabeleça uma relação horizontal” com o outro. É inevitável deparar-se com as ressonâncias das contingências sociais e econômicas. Resgatando Gonçalves Filho (1998), percebi que o encontro do pesquisador com os depoentes é amiúde um encontro entre classes antagônicas. Assim, não foi possível erradicar a assimetria: o esforço para amortecê-la visa, sem êxito, superar posições sociais opostas, que produzem o desnivelamento da realidade objetiva e intersubjetiva. Porém, desigualdade é desigualdade. Embora nos reconhecêssemos mutuamente como humanos, as relações de poder evidenciaram-se nos vínculos.

Se por um lado a inserção no campo trouxe à tona a dimensão violenta do trabalho científico, por outro, há que se considerar que deixar estas pessoas à margem das pesquisas acadêmicas implica, em alguma instância, em reproduzir e reforçar a lógica do silêncio e a condição de invisibilidade: as narrativas *do* sujeito são, por conseguinte, substituídas pelo discurso competente – impessoal e anônimo, “sem autor” e “sem produtor” (CHAUI, 2007). Neste sentido, a investigação em psicologia social pode propiciar um espaço para visibilização e vocalização, trazendo para o âmbito público demandas, histórias e memórias daqueles cuja aparição é negada.

Durante as entrevistas, respeitei a preocupação dos memorialistas em manter relação com eventos de sua vida que consideram relevantes. Solicitei ora que trouxessem à baila memórias da experiência de rua, ora que narrassem sua história de vida. Não obstante,

² Os nomes dos sujeitos foram substituídos por nomes fictícios para preservar suas identidades e garantir o sigilo dos depoimentos.

busquei assegurar condições para que, ao acessar o acervo da memória, pudessem avançar e recuar, mover-se para cima e para baixo nos “degraus da experiência”: o recorte deveria ser feito, portanto, pelo próprio narrador (BENJAMIN, 2010).

Percebi, contudo, que as narrativas não eram espontâneas: o ouvinte interfere, ainda que esteja em silêncio e queira propiciar “liberdade plena” àquele que narra. Na conversa com Nicolau, ficou evidente que o lugar ocupado no cenário social e o desempenho de papéis – tanto daquele que narra quanto daquele que ouve – são condições que interferem na produção narrativa. *“Olha, eu não gosto de contar. Mas... [pausa]. Como a senhora é uma doutora, uma psicóloga... Eu tenho que falar”*, disse-me Nicolau, logo após ser incitado ao trabalho de memória. O tecido da narrativa fora, então, se constituindo com base numa ouvinte considerada “porta-voz” do meio acadêmico. Era por ele encarada como um ser revestido de autoridade, dotado de um saber: *“escuta: a senhora é uma profissional, eu tenho que falar a verdade”*. Reportando-nos a Chauí (2007), percebemos que se trata dos ecos do discurso competente – aquele que, sob o status de verdade, é autorizado, pronunciado, ouvido e aceito.

Não raro, as lembranças do memorialista evidenciam a internalização de um discurso que, sob o véu da cientificidade, oculta e reforça relações de dominação. Embora tenha eu recusado, Nicolau insistiu em se dirigir a mim como “doutora” diversas vezes ao longo de nosso encontro. Para ele, sinônimo de “respeito”. Para mim, clara estava a hierarquização: *“Olha, a senhora é uma doutora. É uma pessoa que eu posso acreditar [sic]. Opa. Fez faculdade, tá aqui, oh. Tá aqui o diploma. É daqui pra cima”*.

O ato de narrar não se dá, pois, sem implicação do ponto de vista psicossocial. O intercâmbio entre narrador e ouvinte não prescinde da seleção das experiências que circularão no campo compartilhado. A memória, quando elevada à palavra, “confessa” a *intenção* de transmitir a lembrança. Assim sendo, a “interrogação do passado” é um processo que, necessariamente, se passa em diálogo e interação (JELIN, 2001). Por essa razão, faz-se necessário indagar: “quem” é o sujeito que narra e a “quem” se destina a narrativa?

Com Arendt (2014), aprendemos que implícita ao discurso está a resposta à pergunta “quem és?”. “Eis o que sou”: a narrativa – assim como a ação – revela o “quem” – isto é, a identidade – e possibilita o aparecimento no mundo humano. Portanto, é possível depreender que o caráter seletivo da memória oral está intrinsecamente relacionado à problemática da identidade: compareço frente a outrem como representante-de-mim-mesmo (CIAMPA, 1987). Ao apresentar-me e representar-me, “quem fala é o representado, através do representante” (CIAMPA, 1987. p.173):

A diferença entre morador de rua pra mim é diferente. Eu não me misturo com essa raça aí! Eu sou único! A hora que eu sinto sono, eu procuro um lugarzinho tranquilo, sossegado e descanso. Amanheceu o dia, eu levanto e

vou embora. Eu não sou igual eles... Que enche o... De pinga ou droga e sai por aí zoando. Não. Eu não me misturo com eles. Eu não faço parte dessa gangue. Eu sou uma pessoa... Sofrendo. Necessitado. Mas eu nunca eu vou me entregar a esse povão aí. Só pensa em droga, em porcaria, em sacanagem, em roubar. Eu não. [...] Eu não me comparo com eles. Então, tem diferença: morador de rua pra mim... Eu não sou morador, eu sou necessitado... De casa. (Depoimento de César)

Articulação entre igualdade e diferença: a um só tempo, diferenciamo-nos dos grupos sociais aos quais não pertencemos e nos igualamos aos quais pertencemos (CIAMPA, 1987). Assim sendo, a mobilização da memória está a serviço da busca, demanda e reivindicação de identidade: “lembrar-se de algo é lembrar-se de si” (RICOEUR, 2007, p. 136). Entretanto, aquilo que fica à margem do discurso também revela um quem: “quem *não* sou”.

Em certo sentido, a dialética lembrança/esquecimento participa ativamente da produção da identidade: manifestamos (lembramos) e obliteramos (não-lembramos) partes da totalidade de nossa história. Nesta acepção, as lembranças são o sustentáculo da identidade – sua reposição – ao longo do tempo. “*Não tem lembrança de rua! Você não entendeu ainda? Eu não sou morador de rua!*” – Exclamou-me César quando incitado a narrar as memórias da experiência de rua. Neste sentido, Gonçalves Filho (1998, p.17), retomando Ecléa Bosi (1994, p.443), escreve: “a espoliação econômica manifesta-se ao mesmo tempo como espoliação do passado”. Pensando em companhia dos autores, poderíamos argumentar que o despojamento material – atrelado à perpetuação do presente – verteu-se no impedimento à sedimentação das experiências e, conseqüentemente, à construção da memória.

Ao atentarmos à construção narrativa de César, observaremos um depoimento recheado de “enunciações negativas” que, acopladas ao “eu”, recusam a identidade que lhe é atribuída socialmente; sua condição social; quaisquer recordações que sejam construídas sobre uma base comum, a saber, a do “*morador de rua*”. Portanto, negar a “lembrança de rua” vai ao encontro da negação da condição presente e da identificação com um passado anterior à rualização:

Eu tenho herança na Bahia. Eu sou herdeiro de pai e mãe. [...] Eu sou digno. Não me misturo com essa raça aí. É diferente. [...] Eu sou formado, diplomado! Então eu não sou porcaria não. Eu sei fazer tudo dentro de uma casa. [...] Só falta uma coisa pra mim: dinheiro pra comprar casa...

No decorrer das entrevistas, por diversas vezes, estive diante de uma inquietação: “onde” está a memória da rualização? Os narradores, quando solicitados a trazerem à tona lembranças da experiência da rua, respondiam-me ora com silêncio, ora com esquecimento. Este foi o caso de Giovani, 39 anos de idade, 25 em situação de rua, cuja resposta se manifestou com silêncios: “Ah... [silêncio]. *Nada pra Deus é difícil. Quem está em situação de rua tem que aprender a apanhar e bater pra sobreviver* [silêncio]”.

Rosangela, 30 anos, dos 13 anos que está em situação de rua, escolheu compartilhar comigo as lembranças que não teve: *“A lembrança que eu queria ter, é ter conhecido minha mãe. Eu nunca conheci minha mãe. Eu não sei o nome dela”*. Mas, quando mencionei a palavra lembrança acompanhada da expressão situação de rua, a entrevista – ou melhor, o trabalho de memória – foi interceptada pelo silêncio: *“Lembranças? Filhos. [Silêncio] Posso ir?”*.

Silêncio: omissão, esquecimento ou impedimento? Apoiados em Ricoeur (2007) e Jelin (2004), podemos entendê-lo como uma manifestação do esquecimento. Nesta acepção, o silêncio pode revelar uma memória impedida – uma memória esquecida –, a saber, aquela que, em decorrência do trauma, não pôde ser incorporada narrativamente: faltam palavras para expressar e outorgar sentido à experiência; as lembranças escapam, então, à voz. Por outro lado, existem silêncios impostos socialmente: a condição de silenciamento, oriunda do impedimento à participação. O cidadão impedido é também o cidadão despojado do direito à palavra.

Há, ainda, a “vontade de silêncio” (JELIN, 2004): de não contar, não transmitir; de guardar em espaços impenetráveis a lembrança. Neste sentido, Giovani afirmou: *“Porque se eu for contar minha vida aqui, até boiadeiro chora [silêncio]. Então eu quero, assim, que converse umas coisas que esqueça o passado, claro”*. É, pois, um silêncio que vai ao encontro do esforço de apagamento do passado. Nicolau, no decorrer de nossa conversa, alegou diversas vezes: *“tô com esquecimento, esquecimento, esquecimento”*. Em razão disso, pedia-me com frequência um “encaminhamento”. Assim, o esquecimento aproximou-se da noção de dano, fraqueza, disfunção. A memória se manifestou, então, como uma “súplica” a não esquecer: *“Eu tô esquecido. A senhora me desculpa. A senhora precisa me encaminhar. Eu preciso... Às vezes, eu saio daí pra lá e pá: esqueço tudo”*.

Contudo, pouco a pouco, a raiz de seu esquecimento fora se revelando: *“tô tomando barrigudinha pra esquecer do passado”*. Não tardou para que ficasse evidente que o “passado” ao qual fazia menção correspondia a um período circunscrito de sua história, à condição presente: *“O senhor poderia me contar suas lembranças da situação de rua?”*, perguntei-lhe. Eis a resposta: *“Eu tenho [lembranças] da minha vida. É Cristo. Passado é passado, não falo pra ninguém”*.

Como pudemos observar, as narrativas dos atores sociais penderam para um ponto comum em relação à memória da experiência de rua: o esquecimento. Contudo, é preciso elucidar que o esquecimento é, aqui, entendido como “verbo”: “ato ou efeito de esquecer”. Dito de outro modo, é exercício, um desdobramento do *trabalho* de memória (RICOEUR, 2007; JELIN, 2004). Não é possível lembrar-se de tudo. Assim como não é possível narrar

tudo. Ao buscar na memória a matéria-prima da narrativa, há uma seleção daquilo que será elevado à condição de lembrança ou será relegado à condição de esquecimento.

A elaboração da narrativa envolve a capacidade de esquecer? Hiato entre a experiência e a memória: o esquecimento pode ser traduzido como uma operação de distanciamento. Neste momento, abro parênteses para lembrar o leitor-ouvinte de que as representações sociais sobre a população em situação de rua são pejorativas, marcadamente ideológicas. Em função dessa forte estigmatização social, intenta-se apagar e esquecer uma parte da história vivida: “a situação de rua”. Nas narrativas dos atores sociais com os quais conversei, o “*trabalho de esquecimento*” se manifestou por meio do silêncio e, em alguns casos, por intermédio da palavra oca, isto é, esvaziada da experiência.

Eis a *brecha* para que a ideologia entre em ação: os “brancos” da memória são, pois, preenchidos com o discurso ideológico. Em outras palavras, no lugar da experiência do sujeito, surgem as mediações de um discurso que, justamente por ser “lacunar”, permite sua generalização – isto é, que cabe a *todos* (CHAUI, 2007). O sujeito deixa, então, de ser autor de sua própria história: onde o esquecimento impera, a ideologia protagoniza. “Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (RICOEUR, 2007, p. 455). O discurso “sem autor”, “sem produtor”, “sem história” – característico da operação ideológica – resulta no despojar da condição de ator político.

Se por um lado o esquecimento revela a necessidade de lançar luz à existência de uma história de vida que transcende a condição de rua, afirmando a existência de um sujeito em sua totalidade múltipla, por outro, oferece-se como um importante aliado da operação ideológica.

Ao longo dos encontros, ora solicitei aos sujeitos um trabalho de memória sobre as experiências de rua, ora pedi que narrassem sua história de vida, sem aludir ao recorte “situação de rua”. Em ambos os casos, os memorialistas, no mais das vezes, optaram por narrar suas histórias de vida a partir do passado anterior à rualização. Além disso, a temática “trabalho” foi amiúde o “fio de ouro” das narrativas:

Eu já tive outras vezes, empregado [...] mas eu tô pretendendo voltar a trabalhar de novo. O trabalho pra mim é bom. Ter seu dinheiro, pagar aluguel, pagar as contas. [...] E agora eu tô catando uma latinha. Aí, a renda é pouca. Dez reais por juntada de lata. Aí eu pego das seis às dez da noite [...] e vou dormir. (Depoimento de Antonio)

Na rua é assim, senhora: nós não têm valor nenhum. Isso daí machuca a gente. Sabe o que é machucar? Uma facada dentro do coração. Poxa! Ninguém é malandro, ninguém é bandido, ninguém não é nada, cara! Nós é *trabalhador!* [sic] (Depoimento de Nicolau)

A leitura atenta às entrelinhas das narrativas possibilitou-nos perceber que estão impregnadas de uma ideia propagada pela classe dominante no âmbito da vida material: “o trabalho dignifica o homem”. Por trás da voz particular do sujeito, prevalece a narrativa que universaliza o trabalho como única possibilidade de alcançar a dignidade. Ora, as condições concretas e históricas revelam que, no sistema capitalista de produção, o trabalho – alienado – converteu-se em um instrumento de opressão e, até mesmo, de *desumanização* do homem.

Embora as pessoas em situação de rua sejam testemunhas vivas da falácia de que “as oportunidades são equânimes para *todos*”, houve uma profusão de narrativas enleadas a discursos meritocráticos.

O fato não é você querer, o fato é você conquistar o seu objetivo. Quando tem um objetivo, você batalha e conquista esse objetivo. Você venceu, caramba! Mas venceu pelo quê? Pelos seus méritos. Pela sua insistência, pela sua batalha... Ou não foi? Ou você acha que alguém vai vir te ajudar? Não. Quem te ajudou foi você mesma. Tua força interior. (Depoimento de César)

Olha, eu já fiz umas entrevistas. Eu tô com uns currículos aqui pra trabalhar... Pra trabalhar. Porque eu tenho certeza, certeza que a força de vontade da gente ajuda. (Depoimento de Nicolau)

Na atual conjuntura, a meritocracia se figura como umas das principais ideologias, sendo força motriz da hierarquização social. O discurso do mérito individual reforça a concepção de que as pessoas em situação de rua “não se esforçam” ou não são “qualificadas” e, portanto, “merecem” a condição na qual se encontram. Ora, a ideologia não diz tudo (CHAUI, 2007), e o que ela oculta está relacionado às condições materiais de existência e à desigualdade objetiva, que sustentam e justificam as assimetrias.

Por consequência, é uma narrativa que transfere ao indivíduo a responsabilidade por condições oriundas do funcionamento da ordem social e da dinâmica dos processos econômicos. Como é possível perceber no depoimento de Antonio, o discurso do mérito vem acoplado à noção de que é possível sair da condição de rua por meio dos próprios esforços: “*aí é um motivo que tem que sair da rua... Você pode olhar pra frente e... Tem uma meta, né? Pouca coisa vai te impedir*”.

Como se dá, então, a ideologização da memória por intermédio da lembrança? A função seletiva e mediadora da narrativa torna a memória uma construção ideológica. O narrador se debruça sobre a memória – “musa da narrativa” – para buscar sua matéria-prima – a experiência – e se constituir (BENJAMIN, 2010). Porém, aquele que narra não recorre apenas à experiência “vivida na carne” para tecê-la, mas também se apoia nas representações que circulam no imaginário social.

Neste sentido, Halbwachs (2004) defende que os indivíduos pensam e recordam sob uma base comum, ainda que tenham seu próprio ponto de vista. Há, portanto, pontos de referência que fornecem os alicerces de nossa memória. Aqui, entram diversos mecanismos em jogo, como por exemplo, as ideologias. Sabemos que os discursos *sobre* a população em situação de rua enquadram-se na categoria da ideologia, haja vista que justificam, legitimam e cristalizam relações de dominação, colaborando para a manutenção da estrutura social estabelecida.

As narrativas socialmente compartilhadas, ao operar como instrumento mediador da memória e contribuir com sua configuração, interferem na imagem lembrada pelo indivíduo. A recordação pode, pois, sofrer a interferência das narrativas oficiais que circulam na malha social, sendo tratada como a real experiência e a história do sujeito. Ora, o ato de narrar é um trabalho de memória. Com efeito, os fios da narrativa dos sujeitos podem estar impregnados de conteúdos ideológicos, indicando a ideologização da memória.

Nesta discussão, a temporalidade também se configurou como ponto nodal da confluência memória e ideologia. O tempo, para César, parece que se congelou no cárcere da imediatez da vida cotidiana: *“O dia a dia pra mim é um dia igual o outro. [...] Então, não tem o que contar. Um dia pra mim é igual o outro. [...] Eu fico esperando o dia passar. Eu vejo o dia amanhecer, o dia se por, o dia nascer, o dia se por”*. O pensamento orienta-se meramente à realização das atividades que garantem a manutenção da sobrevivência: *“Filha, eu não penso, não. Se pensar fico doido. Isso aí é psicologia. Você não deve pensar muito nas coisas. Isso aí é o dia a dia, faz parte”*.

A ruptura com a lógica do cotidiano – situada no cerne da própria cotidianidade – impele o sujeito à reflexão e à busca de sentido, transformando momentos em experiências memoráveis (HELLER, 2004; JELIN, 2004). Como contraponto da “memória-repetição” – memória acrítica, peculiar à vida cotidiana – temos, então, uma memória que participa ativamente da construção da identidade e da história de vida do ator social: o acontecimento “memorável” será incorporado narrativamente, convertendo-se no modo como o sujeito constrói um passado e outorga-lhe um sentido.

De acordo com César, a vida reduz-se às exigências imediatas da realidade objetiva, a saber, a sobrevivência nas ruas. Assim, não há horizonte vital, o presente perpetua-se – *“um dia igual ao outro”* – e a realidade naturaliza-se – *“pra mim... normal”*. Se a vida é a uma contínua reprodução, *“não tem o que contar”*. Entretanto, ao elevar a experiência à condição de lembrança e incorporá-la narrativamente, o indivíduo tem a oportunidade de confrontar as narrativas socialmente legitimadas com suas experiências singulares: tem-se a elaboração do antidiscurso que, construído no universo da ideologia, a desconstrói (CHAUI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, nosso objetivo consistia em analisar a intersecção entre os conceitos de memória e ideologia, recorrendo às lembranças dos sujeitos. Nos fios das narrativas, buscamos representações e ideias dominantes enleadas às recordações da experiência de rua. Por meio dos depoimentos, observamos que os discursos ideológicos que circulam na malha social são tratados, em diversas circunstâncias, como a real experiência e história de vida. Contudo, no percurso da investigação, uma inquietação brotou da pergunta-problema: “onde está a memória da experiência de rua?”. Gradativamente, outra artimanha da operação ideológica fora se desvelando nos discursos dos sujeitos: o esquecimento.

O esquecimento é a condição sem a qual a memória não pode ser (RICOEUR, 2007). Os depoimentos revelaram sua participação ativa no processo de ideologização da memória: um hiato entre a experiência e a memória dos sujeitos. As “lacunas da memória” são, então, preenchidas com o “discurso lacunar” das classes dominantes.

Como notamos, a situação de rua interfere fortemente na construção da memória, desencadeando sua ideologização, seja por via da lembrança, seja por meio do esquecimento. Com efeito, se por um lado a memória possui um “caráter libertador” (MARTÍN-BARÓ, 1998), por outro, pode reforçar e manter relações de dominação. As representações da realidade, fornecidas pelos grupos dominantes, impactam não somente sobre a consciência dos indivíduos, mas igualmente sobre suas memórias.

Cabe destacar também um importante variável a ser considerada nas reflexões propostas por este estudo: o ouvinte interfere significativamente na seleção narrativa e no trabalho de memória, sobretudo quando se trata de um encontro entre sujeitos que ocupam lugares distintos no cenário social.

A presente pesquisa valeu-se da história oral como estratégia metodológica. Sabe-se que uma das vertentes da história oral constituiu-se atrelada às memórias dos grupos sociais marginalizados. Neste sentido, traz à tona para o espaço público histórias de vida encobertas e vozes não pronunciadas e/ou emudecidas. Não obstante, é preciso considerar em que instância tomam a palavra. Nesta discussão, evidenciou-se que, não raro, por trás da voz que narra suas experiências e histórias, ecoa a voz das minorias dominantes. A interferência da ideologia na memória nos revela que nem sempre a produção discursiva eleva o sujeito à condição de ator político.

Que, mais uma vez, evidenciou-se a complexidade das possíveis articulações entre os fenômenos “memória” e “ideologia” (ANSARA e DANTAS, 2015). Assim, não pretendemos esgotar as possibilidades de discussão de uma temática tão importante e controversa.

Assinalamos a necessidade de estudos que possibilitem a reflexão sobre os mecanismos que tornam possível a ideologização da memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA; S.; DANTAS, B. S.A. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athenea Digital*, 2015, v. 15, n.1, pp. 207-223.

ARENDT, H. *A condição humana*. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2014.

ARGILES, M. dos S. *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

AMARAL, D. P. (2010). *A rede de atenção a população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BENJAMIN, W. O narrador. In:_____. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010, pp.197-221.

BORIN, M. do E. S. *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2004.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios em psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAMPOS, M. A. R. *Sob o céu de Araguari: representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Araguari, 2012.

CHAUÍ, M de S. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FIPE. *Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo*. Prefeitura de São Paulo, São Paulo 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.55, Dez. 2005.

GONÇALVES FILHO, J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 193-239.

GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, 1998, v. 9, n. 2, pp. 11-67.

HALBWACHS, M. *La memoria colectiva*. 1. ed. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2001.

LE VEN, M.M.; FARIA, E.; MOTTA, M.H.S.; História oral de vida: o instante da entrevista. *Varia História*, 1996, n.16, set., p. 57-65

MARTIN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTOS, R. M. *O processo de saída das ruas: um estudo psicossocial com pessoas em situação de rua*. Dissertação de mestrado. Universidade São Marcos, São Paulo, 2005.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, 2004, 16 (2), maio/ago., pp. 47-58.

MELO, T. H. de A. G. *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 1993 (10), dez., pp. 7-28.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp: Campinas, 2007.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, B. J. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SERAFINO, L.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *R. Katál.*, Florianópolis, 2015, 18 (1), jan./jun., pp. 74-85.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. Hucitec: São Paulo, 1992.

Contatos: pereira.aline1@yahoo.com.br; brunasuruagy@gmail.com